

FMI quer alterar a política monetária

Brasília — Luciano Andrade

Regina Perez

A missão brasileira, que acaba de retornar de Washington, relatou às autoridades econômicas que o Fundo Monetário Internacional quer que o governo brasileiro adote uma política monetária mais restritiva, com taxas de juros reais elevadas, a fim de conter o volume de dinheiro em circulação. O problema é que nem mesmo os técnicos do FMI — hábeis em propor programas de ajuste aos países endividados — sabem como será possível aumentar os juros sem elevar a dívida interna e, consequentemente, o déficit público, que, em última instância, é justamente o principal alvo da instituição.

Os técnicos do FMI também reagiram ao tamanho do déficit de 4% do PIB, estabelecido como meta, mas não provocaram surpresa nos negociadores brasileiros. As autoridades econômicas estão convencidas de que esse déficit, mesmo sem agradar, não será obstáculo ao fechamento de um acordo. Essa confiança se baseia no fato de que até mesmo os técnicos do Fundo têm consciência de que não há condições políticas no Brasil para que se efetue um corte de gastos de maior dimensão ainda este ano.

Um ponto que a missão brasileira já jogou na negociação, ainda que sem incluí-lo formalmente, é a manutenção do acordo a ser firmado, mesmo que as metas prometidas não sejam cumpridas. Normalmente, os acordos do FMI estabelecem metas trimestrais e quando elas não são atingidas automaticamente inicia-se nova negociação. O governo brasileiro quer que apenas os desembolsos sejam sustados no caso do não cumprimento das metas. A inclusão desse ponto seria uma forma de flexibilizar o que se chama de "metas quantitativas". Ou seja, diminuir o rigor das exigências do Fundo, que normalmente estabelece quanto deve ser cortado do PIB, qual a contenção de moeda e outras metas a serem cumpridas por trimestre.

Os técnicos do FMI, apesar das restrições, também fizeram elogios à organização da política fiscal do governo que deu mais transparéncia às contas públicas. Entretanto, eles continuaram insistindo, até por força do próprio estatuto da instituição, contra os critérios cambiais adotados pelo Brasil. Em tese, o FMI é contra as minidesvalorizações do cruzado e ao controle do câmbio pelo Banco Central. Preferem o câmbio livre. Entretanto, esse ponto também não deverá representar problema à negociação, no entender das autoridades econômicas.

Governo estuda corte em gastos de estatais

BRASÍLIA — Os investimentos e gastos de custeio das estatais também deverão ser cortados como parte dos esforços do governo para conter o déficit público, informou o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, que se reunirá hoje com o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, para avaliar a dimensão desses cortes. Abreu informou que seu ministério ainda está estudando se há restrições legais para a reformulação do Orçamento geral da União proposta pela equipe técnica.

"Ainda há dúvidas sobre a viabilidade jurídica de mudar o sistema do orçamento", comentou o ministro, que pretende atrelar as despesas com gastos administrativos e investimentos à evolução da receita do governo e corrigir mensalmente as dotações para pagamento de pessoal, compromissos externos e dívida interna. Sua proposta significa uma mudança radical no orçamento federal, atualmente fixado com dotações para o ano todo, com base em uma estimativa de inflação e corrigido periodicamente.

O ministro confirmou que espera economizar 22% do orçamento federal ou CZ\$ 648 bilhões, caso de confirme a estimativa de CZ\$ 2 trilhões 950 bilhões para o orçamento este ano. Nesses CZ\$ 648 bilhões estão incluídos CZ\$ 110 bilhões que, segundo o secretário de Administração de Preços, Edgar de Abreu, serão economizados com o fim do subsídio ao trigo.